

JORNAL DO BRASIL

Brasil propõe juros baixos

● *Marcílio explica a japoneses a estratégia para a ^{Ext}divida*

BRASÍLIA — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, informou ontem que não pretende pedir qualquer desconto na dívida com o Clube de Paris (governos), que será renegociada assim que o Congresso Nacional aprovar a reforma tributária de emergência e o governo brasileiro assinar a carta de intenções com o Fundo Monetário Internacional. O Brasil deve cerca de US\$ 20 bilhões ao Clube de Paris, dos quais aproximadamente US\$ 5 bilhões encontram-se vencidos.

"Não vamos pedir descontos, mas temos que contar com a compreensão de nossos parceiros, para que nos deem um fôlego, especialmente nos próximos três a cinco anos", afirmou o ministro durante encontro com empresários da Confederação das Organizações Econômicas do Japão (Keidaren). Marcílio disse ainda esperar do Clube de Paris "juros um pouco mais moderados". Ele reafirmou que no início de dezembro serão reiniciadas as negociações com os bancos credores privados estrangeiros, a quem o Brasil deve cerca de US\$ 45 bilhões, excluídos os bancos brasileiros, especialmente o Banco do Brasil. O Brasil propôs aos credores privados descontos na dívida, que seria trocada por bônus de longo prazo.

Política econômica — O ministro explicou aos japoneses os principais pontos da política econômica voltada para o exterior, dividindo-a em duas vertentes: uma comercial e outra financeira. A comercial come-

çou a ser executada no ano passado, com o fim de todas as barreiras não-tarifárias e quantitativas (fim da proibição de se importar centenas de produtos e redução do Imposto de Importação de milhares de itens). Marcílio informou que a alíquota máxima de importação caiu de 105% para 45%. Ma média, as alíquotas estão se reduzindo de 45% para apenas 14% em 1994.

Na vertente financeira, o ministro incluiu o acordo com o FMI, a renegociação da dívida externa com bancos privados e a renegociação com o Clube de Paris. A seguir, conforme Marcílio, o Brasil voltará a fazer jus a financiamentos de organismos como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e linhas de crédito de governos. Na sua expectativa, a volta de investimentos externos ao Brasil será uma consequência natural de todos esses acertos.

Japoneses — O vice-presidente da Keidaren, uma espécie de federação das indústrias do Japão, Shoichi Saba, disse ontem a um grupo de deputados federais que a iniciativa privada japonesa só se interessará em investir no Brasil quando o país tiver uma política econômica estável. O fechamento do acordo com o FMI, segundo ele, é apenas o primeiro passo, mas não é o fundamental. "Preferimos observar mais um pouco para ver se haverá uma estabilização. Se isso acontecer, o Brasil estará de novo em condições de receber os nossos investimentos", disse Saba. Ele fez

também elogios à política econômica, afirmando que, com ela, "finalmente o país está decolando em direção ao mundo moderno".

A conversa dos empresários com os deputados foi na Comissão de Relações Exteriores da Câmara, a convite do presidente do grupo parlamentar Brasil-Japão, Ricardo Fiúza. Quando chegaram ao Congresso, os japoneses já tinham passado pelo Palácio do Planalto e pelo Ministério da Economia, onde preferiram não fazer comentários. Mas, diante da insistência dos deputados em saber do interesse concreto do Japão em investir no Brasil, o presidente da Toyota, Toshimi Onishi, permitiu-se algumas críticas ao governo brasileiro, afirmando que, por causa da burocracia e de regras instáveis na economia, sua empresa nunca conseguiu ampliar equipamentos e produção em sua fábrica de São Paulo. "Esperamos que agora o Brasil esteja disposto e não repetir mais os erros do passado", afirmou Onishi.

O vice-presidente da Keidaren quis então complementar o raciocínio ponderando que o que motivará o investidor será a estabilidade, mas ressalvando que o grupo, em seu primeiro dia no país, sentiu "que o Brasil resolveu finalmente encarar com seriedade os seus problemas mais difíceis". Nesse encontro, os japoneses tomaram conhecimento das modificações que o governo pretende fazer na Constituição, através do Emenda-